

Sínodo/Divorciados: Novo relatório apresenta linha de mudança.

Documento de síntese assume divergências entre participantes e centra-se na exigência de escolhas «corajosas».

Cidade do Vaticano, 13 out 2014 (Ecclesia) - O Sínodo dos Bispos, a decorrer no Vaticano, assumiu hoje a necessidade de fazer “escolhas pastorais corajosas” na ação da Igreja junto das “famílias feridas” pela separação ou o divórcio, abrindo caminho a mudanças nesse sentido.

“Confirmando de novo, com força, a fidelidade ao Evangelho da família, os padres sinodais sentiram a urgência de caminhos pastorais novos, que partam da realidade efetiva das fragilidades familiares”, refere o relatório intermédio (relatio post disceptationem), que sintetiza a primeira semana de debate na assembleia geral extraordinária.

O texto, lido pelo relator-geral, cardeal Péter Erdo, sublinha que não se procuram soluções “únicas” ou inspiradas por uma lógica de “tudo ou nada”, apelando ao “respeito e amor” por cada uma destas situações.

Nesse sentido, aborda-se a questão do acesso à Comunhão e à Penitência pelos divorciados em segunda união, tema sobre o qual se gerou divisão entre os participantes.

“Alguns argumentaram em favor da disciplina atual [que impede o acesso aos sacramentos] pela força do seu fundamento teológico”, pode ler-se.

A outra posição passa por uma “maior abertura”, em condições “muito precisas”, quando estiver em causa “situações que não podem ser dissolvidas sem criar novas injustiças e sofrimentos”.

“Para alguns, o eventual acesso aos sacramentos ocorreria após ter sido precedido por um caminho penitencial, sob a responsabilidade do bispo diocesano, e com um compromisso claro em favor dos filhos”, acrescenta o documento.

O relatório propõe uma solução intermédia, à imagem do que alguns cardeais já tinham assinalado a respeito do acesso à Comunhão para os divorciados recasados - ‘nem para todos nem para ninguém’ - sem colocar em causa a doutrina católica da indissolubilidade do Matrimónio.

“Tratar-se ia de uma possibilidade não generalizada, fruto de um discernimento feito caso a caso, segundo uma lei de gradualidade, que tenha presente a distinção ente estado de pecado, estado de graça e circunstâncias atenuantes”, precisa o texto.

Em particular, assinala o relatório, é necessário respeitar o “sofrimento de quem viveu injustamente a separação e o divórcio” e fazer com que os pais separados assumam “de maneira leal e construtiva” as consequências para os seus filhos.

O documento, dividido em 58 pontos, dedica nove parágrafos a esta temática, recordando as pessoas divorciadas que não se voltaram a casar, convidadas a “encontrar na Eucaristia o alimento que as apoie no seu estado”.

Sobre os divorciados recasados, refere-se ainda que é preciso um “discernimento atento” e um acompanhamento “cheio de respeito” para evitar qualquer discriminação.

O texto alude ainda às propostas para tornar “mais acessíveis e ágeis” os procedimentos para o reconhecimento de casos de nulidade matrimonial, com um aumento da responsabilidade do bispo em cada diocese.

Estas reflexões são apresentadas como fruto de um debate em “grande liberdade” e vão continuar a ser discutidas até este domingo, nesta assembleia extraordinária, e no período que leva à próxima assembleia sinodal, sobre o mesmo tema, marcada para 2015.

“Não se trata de decisões tomadas nem de perspetivas fáceis”, assume o cardeal Péter Erdo, apontando para “caminhos de verdade e de misericórdia para todos”.

A 14ª Assembleia Geral ordinária do Sínodo dos Bispos vai decorrer de 4 a 25 de outubro de 2015, com o tema “A vocação e a missão da família na Igreja, no mundo contemporâneo”.